

A MÍDIA E A SEGURANÇA NO TRÂNSITO:
**UMA RADIOGRAFIA
DA COBERTURA DE 11
DIÁRIOS BRASILEIROS**

FICHA TÉCNICA

Realização:

ANDI - Comunicação e Direitos

Apoio:

Equipe do projeto RS-10 Brasil / Vida no Trânsito

Supervisão editorial:

Veet Vivarta

Redação e edição:

Marília Mundim

Coordenação de análise de mídia e processamento da base de dados:

Diana Barbosa

Classificação:

Amélia Amélia da Conceição

Ana Amélia Dias dos Santos

Ana Potyara Tavares

Barbara Salatiel

Oséas de Oliveira Marques

Paula Gratão

Projeto gráfico e diagramação:

Gisele Rodrigues

Produção:

Christina Velho

Miriam Pragita

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
METODOLOGIA DE ANÁLISE	5
ASPECTOS GERAIS DA COBERTURA.....	7
QUESTÕES RELACIONADAS À PREVENÇÃO SÃO NEGLIGENCIADAS	10
ACIDENTES DOMINAM A COBERTURA.....	12
PERFIL DAS VÍTIMAS.....	15
A ABORDAGEM DOS FATORES DE RISCO	18
CAUSAS E SOLUÇÕES RELACIONADAS AOS PROBLEMAS DO TRÂNSITO.....	21
LEGISLAÇÃO NO TRÂNSITO	24
LIMITES DE VELOCIDADE EM QUESTÃO	27
USO DE INDICADORES ESTATÍSTICOS	29
OS ATORES QUE PARTICIPAM DO DEBATE	32
POLÍTICAS PÚBLICAS FORA DA PAUTA	34

APRESENTAÇÃO

Em todo o mundo 1,3 milhão de pessoas morrem por ano em consequência de acidentes no trânsito, e perto de 50 milhões sofrem ferimentos. As lesões no trânsito são, também, a primeira causa de mortes na faixa etária entre 15 e 29 anos. No Brasil, as mortes no trânsito estão entre as primeiras causas de óbitos por causas externas – a primeira entre jovens e adultos jovens – e excederam 40 mil casos em 2010, tendo respondido, ainda, por 260 mil internações em 2011, com custos para o Sistema Único de Saúde (SUS) da ordem de R\$ 200 milhões.

De forma a impulsionar o enfrentamento desta verdadeira epidemia, entre outras medidas a Organização Mundial de Saúde (OMS) vem operando em 10 países, incluindo o Brasil, o projeto intitulado “Road Safety in Ten Countries” (RS-10). A iniciativa, que recebeu entre nós o nome “Vida no Trânsito”, é desenvolvida em cinco capitais brasileiras¹ desde 2010: Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Palmas (TO) e Teresina (PI), sob a coordenação conjunta do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) – que atua como escritório regional da OMS nas Américas.

Como parte desse trabalho, a OPAS e firmou com a ANDI – Comunicação e Direitos parceria para a realização de um diagnóstico sobre a cobertura dedicada pela imprensa brasileira ao tema Trânsito. A proposta é conhecer a extensão e profundidade desse noticiário, identificando a atuação das redações no agendamento de questões relevantes, na difusão de informações contextualizadas e no acompanhamento de programas e políticas na área.

O presente documento traz, portanto, os resultados de uma análise da produção editorial de 11 jornais diários de todo o País sobre o tema, no período de 01 de dezembro 2011 a 31 de maio de 2012.

Além dos dados quantitativos – que derivam da mensuração dos temas mais discutidos, das fontes de informação mais mencionadas e de várias características gerais da cobertura –, estiveram em foco aspectos como o perfil dos envolvidos em acidentes de trânsito, a legislação citada e as causas e soluções apresentadas para o problema, dentre outros pontos qualitativos relevantes.

Espera-se que os dados aqui apresentados possam contribuir para o processo de qualificação dos profissionais de imprensa para a cobertura sobre o assunto, assim como para a sensibilização dos atores sociais em relação ao importante papel desempenhado pela mídia no enfrentamento dos desafios do trânsito no País.

Boa leitura.

¹ Em 2012, a metodologia do projeto “Road Safety in Ten Countries” foi expandida para as demais capitais brasileiras, com aporte financeiro do Ministério da Saúde.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

O monitoramento realizado no âmbito deste trabalho utiliza uma metodologia de pesquisa muito comum nos estudos de mídia, conhecida como “análise de conteúdo”. Segundo Anders Hansen² (1998), esse tipo de leitura agrega um conjunto de técnicas capazes de sistematizar e descrever quantitativamente os conteúdos abordados pelos meios de comunicação, de identificar e quantificar a ocorrência de características específicas do texto jornalístico e de, com base nelas, fazer inferências a respeito da mensagem e dos significados presentes.

Diferentemente dos modelos de estudo sobre o discurso, a análise de conteúdo não busca identificar subjetividades, intencionalidades e potencialidades possivelmente presentes nos recursos lingüísticos empregados. De acordo com Hansen (1998: 123), esse método:

(...) segue um conjunto claro de passos, o que é uma de suas características mais atrativas, ainda que também vulnerável a abusos. Fundamentalmente, aqueles que optam pela análise de conteúdo para o estudo da mídia devem reconhecer que tal método não é nada mais que um conjunto de diretrizes sobre como analisar e quantificar o conteúdo midiático de forma sistemática e confiável.

Conforme argumenta Rosa Moinho (2006)³, esse tipo de análise permite não apenas captar informações explicitamente apresentadas nos textos, mas também as idéias implicitamente associadas aos conteúdos dispostos. Para tanto, é fundamental que algumas etapas básicas sejam cumpridas, que vão desde a definição do universo a ser investigado, passando pela identificação dos elementos de análise e pela leitura previa do material, até a interpretação dos dados. Os tópicos seguintes descrevem os critérios utilizados em cada uma das etapas deste processo.

Universo de análise

Diante da proposta de realizar uma avaliação que contemplasse as características gerais da cobertura sobre Segurança no Trânsito, o universo de análise foi composto de dois grupos de veículos: o primeiro voltado para jornais de circulação nacional e o segundo para diários de alcance regional (mais especificamente, de três unidades da federação onde está sendo implementado o projeto “Vida no Trânsito”: Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Tocantins).

O universo de análise foi configurado, portanto, da seguinte forma:

Diários de abrangência nacional

- O Globo/RJ
- O Estado de S. Paulo - SP
- Folha de S. Paulo - SP
- Correio Braziliense - DF

Diários de abrangência regional

- Estado de Minas - MG
- Hoje em Dia (online) - MG
- O Tempo - MG
- Correio do Estado - MS
- O Progresso - MS
- O Girassol - TO
- Jornal do Tocantins - TO

2 HANSEN, Anders. *Mass Communication Research Methods*. New York University Press, NY, 1998.

3 MOINHOS, Rosa e outros, *Sociologia 12*, Plátano Editora, 2006, pp. 79-80

Período de análise e critérios de seleção

O monitoramento desses 11 veículos foi realizado por um intervalo de seis meses, entre 1º de dezembro de 2011 e 31 de maio de 2012.

O levantamento foi realizado por meio de busca eletrônica, utilizando um conjunto de palavras-chaves que se remetiam à temática da Segurança no Trânsito.

No período mencionado, foram identificados 596 textos pertinentes ao foco da pesquisa, entre reportagens, artigos assinados, colunas/notas de coluna assinada, cartas de leitores, editoriais, enquetes e entrevistas.

Definição dos elementos de análise

A elaboração do instrumento de pesquisa é uma das fases mais importantes de qualquer investigação, já que cabe a essa ferramenta direcionar a leitura dos conteúdos que será feita pela equipe de classificação. A formatação de um questionário que apresente com clareza as perguntas para as quais se deseja obter resposta ou as manifestações e conteúdos simbólicos que se pretende captar é fundamental para o resultado das pesquisas sociais e de mídia.

Nesse sentido, as 596 matérias selecionadas sobre Segurança no Trânsito foram classificadas de acordo com um questionário construído em conjunto por especialistas em análise de mídia e na temática em foco. Nele, estão contempladas, além de questões mais estreitamente relacionadas aos aspectos jornalísticos, um conjunto de variáveis específicas que tem como objetivo avaliar com o máximo de acuidade possível os aspectos que estiveram ou deveria estar presentes nessa discussão.

Um primeiro conjunto de variáveis cuidou de mapear aspectos gerais do conteúdo editorial. Entre outros aspectos, investigou-se:

- Formato jornalístico dos textos;
- Tema central da notícia;
- Fontes de informação consultadas;
- Menção a indicadores e estatísticas;
- Menção a políticas públicas;
- Menção à legislação;
- Menção a causas e soluções.

Um segundo conjunto avaliou questões diretamente ligadas à Segurança no Trânsito. Entre as variáveis analisadas, temos:

- Menção a acidentes;
- Características das vítimas de acidentes;
- Menção a campanhas de conscientização;
- Menção a fatores de risco;
- Menção à relação álcool-trânsito.

ASPECTOS GERAIS DA COBERTURA

Ao longo de seis meses – de 01 de dezembro 2011 a 31 de maio de 2012 –, o conjunto de jornais analisados pelo presente estudo publicou um total de 596 notícias relacionadas ao tema Trânsito.

A pesquisa investiga 11 veículos, sendo três do estado de Minas Gerais (*O Tempo*, *Hoje em Dia* e *Estado de Minas*), dois do Mato Grosso do Sul (*Correio do Estado* e *O Progresso*), dois do Tocantins (*O Girassol* e *Jornal do Tocantins*) e ainda os quatro jornais de maior circulação nacional: *O Globo*, *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo* e *Correio Braziliense*.

De acordo com os dados coletados, a imprensa mineira se destaca nessa cobertura temática (Tabela 1). Dentre todos os veículos analisados, o *Hoje em Dia/MG* é o diário que mais dedica atenção ao assunto, com um desempenho bastante significativo quando comparado ao segundo colocado, o *Correio Braziliense* (24,5% do universo de matérias, frente a 15,1%).

Os demais veículos mineiros analisados também se posicionam bem no *ranking* desse noticiário – *O Estado de Minas* responde por 10,2% de todos os textos analisados e *O Tempo* alcança o índice de 8,6%.

Ainda no campo dos veículos regionais, chama atenção a participação do diário *Correio do Estado*, do Mato Grosso do Sul, responsável por 11,1% do conjunto de textos pesquisados. Assim como verificado em grande parte dos jornais mineiros, o desempenho desse veículo sul-mato-grossense é superior ao da maioria dos diários de abrangência nacional: *O Estado de S.Paulo* registra 8,2%; *O Globo*, 6,4%; e *Folha de S.Paulo*, 5,2%. O mesmo não ocorre porém, para o outro veículos do estado: o jornal *O Progresso/MS* registra 2,7% dessa cobertura.

No caso dos jornais de Tocantins, embora em frequência significativamente inferior aos primeiros colocados, questões relacionadas à temática não ficam de fora da pauta: 4,5% da cobertura sobre o assunto vêm do *Jornal do Tocantins* e 3,5%, de *O Girassol*.

TABELA 1 – JORNAIS PESQUISADOS

JORNAIS REGIONAIS	N	%
Hoje em Dia/MG	146	24,5
Estado de Minas/MG	61	10,2
O Tempo/MG	51	8,6
Correio do Estado/MS	66	11,1
O Progresso/MS	16	2,7
Jornal do Tocantins/TO	27	4,5
O Girassol/TO	21	3,5
JORNAIS DE CIRCULAÇÃO NACIONAL	N	%
O Globo	38	6,4
Folha de S.Paulo	31	5,2
O Estado de S.Paulo	49	8,2
Correio Braziliense	90	15,1
TOTAL	596	100

Embora não seja possível avaliar o conteúdo de uma notícia a partir de seu formato, esse elemento pode oferecer um indicativo da prioridade dada pela imprensa a um determinado assunto. Artigos e editoriais, por exemplo, costumam ocupar as páginas nobres dos jornais e um volume significativo desse tipo de texto tende a denotar que determinado tópico está fortalecido na agenda dos veículos de comunicação.

Na cobertura jornalística das questões vinculadas ao Trânsito, é possível notar que o tema ainda não tem presença forte nos chamados espaços opinativos (editoriais, artigos, entrevistas e colunas), como aponta a Tabela 2:

- De acordo com os dados coletados, o formato mais amplamente utilizado para noticiar a questão (91,3%) é a reportagem, ou seja, o relato informativo de fatos e situações considerados de interesse público e a partir de critérios jornalísticos.
- Os números apontam que, ao tratarmos do tema, em 2,5% dos casos os jornais colocam o assunto em editoriais - o que é um resultado promissor. Mas artigos assinados representam apenas 2,3% dos textos; colunas ou notas assinadas, 1,3%; carta de leitores, 1,3%; e entrevistas 1,2%.
- Ainda no que se refere à presença do tema em editoriais, um dado chama atenção. De acordo com o levantamento, nos diários do Mato Grosso do Sul a questão Trânsito está quase três vezes mais presente do que nos demais veículos (6,10% de seus textos abordam o assunto nesse espaço opinativo).

TABELA 2 - TIPO DE TEXTO

TEXTOS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Reportagem	94,6%	85,1%	91,3%
Editorial	2,3%	2,9%	2,5%
Artigo assinados	1,5%	3,8%	2,3%
Coluna ou notas de colunas assinadas	0,8%	2,4%	1,3%
Carta de leitores	0,0%	3,8%	1,3%
Entrevista	0,8%	1,9%	1,2%
Enquete	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	100%	100%	100%

Merece também atenção o fato de que jornais de circulação nacional e regional demonstram comportamentos diferenciados ao identificarem o responsável pela produção dessa cobertura - aspecto que confere maior credibilidade à notícia. Enquanto nos veículos nacionais os textos sobre o assunto são assinados em 63,5% das ocorrências, nos diários regionais tal referência marca apenas 32,7% das matérias (ver Tabela 3).

TABELA 3 – RESPONSÁVEL PELA MATÉRIA

RESPONSÁVEL PELO TEXTO	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Identifica nome do jornalista ou articulista	32,7%	63,5%	43,5%
Reportagem local	3,6%	0,5%	2,5%
Agência de notícia	0,8%	0,0%	0,5%
Redação	0,3%	0,0%	0,2%
Sucursais	0,0%	0,0%	0,0%
Não foi possível identificar	62,6%	36,1%	53,4%
TOTAL	100%	100%	100%

No que se refere à abrangência e ao nível de abordagem do assunto, os números apontam que a maior parte dessa cobertura foi contextual – ou seja, explica um fato/assunto ou as razões que levaram à sua ocorrência, trazendo informações que facilitam o entendimento do leitor –, embora não necessariamente avance para um debate de maior teor reflexivo ou propositivo (ver Tabela 4).

Conforme detalhado a seguir, o levantamento sugere que, ao abordar o tema Trânsito, os veículos de alcance nacional parecem mais atentos à importância da cobertura ir além da simples narrativa factual:

- 54,8% dos textos sobre o assunto publicados nos jornais de circulação nacional trazem uma abordagem contextual. No caso dos diários regionais, o percentual é de 50,5%.
- A cobertura factual do tema – mais restrita à descrição de um fato/assunto imediato – está presente em 33,2% das notícias publicadas nos veículos regionais, em comparação a 18,3% dos nacionais.
- 15,9% dos textos da imprensa de alcance nacional são contextuais explicativas, ou seja, descrevem um fato/assunto de forma pormenorizada, acrescentando detalhes e trazendo informações de fundo e a partir de várias fontes. No caso dos veículos regionais, esse índice é de 7,0%.
- É baixo o número de notícias com uma cobertura propositiva – aquela que apresenta o problema e sugere soluções, repercutindo recomendações de especialistas ou experiências exitosas para a solução da questão: 2,6% na imprensa regional e 1,4% na nacional.

TABELA 4 – NÍVEL DE ABRANGÊNCIA INFORMATIVA DA COBERTURA

NÍVEL DE ABRANGÊNCIA	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Factual	33,2%	18,3%	28,0%
Contextual	50,5%	54,8%	52,0%
Contextual explicativa	7,0%	15,9%	10,1%
Avaliativa	6,7%	9,6%	7,7%
Propositiva	2,6%	1,4%	2,2%
TOTAL	100%	100%	100%

QUESTÕES RELACIONADAS À PREVENÇÃO SÃO NEGLIGENCIADAS

Ao analisarmos como o assunto entra na pauta desses veículos jornalísticos, confirma-se que as situações mais imediatas são o fator que mais impulsiona esse noticiário na imprensa de âmbito nacional e, especialmente, na regional. De acordo com os dados coletados, enquanto na primeira 39,9% dos textos sobre o assunto tratam centralmente de registrar acidentes de trânsito em geral, nos veículos regionais esse índice alcança 56,4% (veja Tabela 5).

Aspectos diretamente relacionados à ocorrência desses acidentes também costumam ocupar espaço considerável nas páginas dos jornais. É o caso da cobertura de eventos envolvendo uso de bebida alcoólica e/ou velocidade (6,7%, na média geral), da repercussão/balanco de ações como a *blitz* da „lei seca“ (5,7%, na média geral) e mesmo do número de acidentes durante feriados prolongados ou festas (3,4%, tanto para os jornais de alcance regional quanto para os de âmbito nacional).

O levantamento revela que questões mais relacionadas à educação para o trânsito e à prevenção de acidentes costumam aparecer lateralmente na pauta dos jornais. O mesmo se observa quanto ao monitoramento de políticas públicas na área, especialmente no que se refere a seus resultados:

- De acordo com os dados coletados, a repercussão de resultados de medidas sobre segurança no trânsito que já vinham sendo implementadas não ocupam mais que 4,3% da cobertura sobre o tema feita pelos veículos nacionais. No caso dos regionais, o índice é ainda menor: 1,0%.
- Ao observarmos essas duas categorias de veículos, a cobertura de boas práticas/bons exemplos no trânsito está restrita a 0,2% dos textos, e aspectos importantes como o anúncio oficial de resultados de medidas sobre segurança no trânsito que já vinham sendo implementadas sequer estiveram em destaque no noticiário publicado nesse período.
- A única exceção relevante no comportamento da imprensa nessa seara específica diz respeito a novas medidas relacionadas à segurança no trânsito – tema que, saudavelmente, ocupa 11,5% dessa cobertura nos veículos de alcance nacional, e 7,7% nos regionais.
- Vale destacar, no entanto, que a cobertura dos diários de Tocantins se diferencia da tendência geral no que diz respeito ao modo como o assunto Trânsito entra na pauta. Enquanto na cobertura em geral a repercussão/divulgação de campanhas de segurança no trânsito são o foco central de 3,20% das notícias, nos jornais tocantinenses esse índice alcança 12,50%. Também vale lembrar que os jornais desse estado são os que menos abordam a temática a partir da cobertura de acidentes de trânsito em geral: 35,40%, enquanto nos veículos de Minas Gerais, por exemplo, o índice é de 62,80%.

Em síntese, os dados reforçam a percepção de que, no âmbito desse noticiário específico, os jornais costumam priorizar a cobertura de acidentes, além de repercutirem factualmente o lançamento de campanhas ou novas medidas na área. Entretanto, ainda não investem de forma consistente no monitoramento dos resultados e da efetividade de políticas de prevenção e enfrentamento ao problema.

TABELA 5 - COMO SE DEU A INCLUSÃO DA PAUTA SOBRE TRÂNSITO

INCLUSÃO DA PAUTA	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Cobertura de acidentes de trânsito em geral	56,4%	39,9%	50,7%
Repercussão de novas medidas relacionadas à segurança no trânsito	7,7%	11,5%	9,1%
Cobertura de acidentes envolvendo uso de bebida alcoólica e/ou velocidade	5,7%	8,7%	6,7%
Repercussão/balço de ações de fiscalização no trânsito contra o uso de bebidas alcoólicas (<i>blitz</i> da “Lei seca”)	4,6%	7,7%	5,7%
Divulgação/repercussão de resultados de pesquisas/levantamentos de dados sobre segurança no trânsito	4,4%	6,7%	5,2%
Por iniciativa da própria imprensa	4,9%	5,3%	5,0%
Balço do número de acidentes durante feriados prolongados/festas	3,4%	3,4%	3,4%
Divulgação/repercussão de campanhas de segurança no trânsito em geral	3,9%	1,9%	3,2%
Anúncio oficial de novas medidas relacionadas à segurança no trânsito	2,6%	2,9%	2,7%
Repercussão de resultados de medidas sobre segurança no trânsito que já vinham sendo implementadas	1,0%	4,3%	2,2%
Repercussão/balço de ações de fiscalização no trânsito (<i>blitz</i> em geral)	1,8%	1,4%	1,7%
Divulgação/repercussão de campanhas sobre a “Lei seca”	0,8%	1,4%	1,0%
Demandas sociais	0,5%	1,9%	1,0%
Cobertura de eventos relacionados à segurança no trânsito	1,3%	0%	0,8%
Repercussão de histórias individuais	0,5%	1,0%	0,7%
Divulgação/repercussão de descobertas científicas/tecnológicas sobre segurança no trânsito	0%	0,5%	0,2%
Cobertura de boas práticas/bons exemplos no trânsito	0%	0,5%	0,2%
Anúncio oficial de resultados de medidas sobre segurança no trânsito que já vinham sendo implementadas	0%	0%	0%
Cobertura de denúncias de irregularidades na execução de políticas públicas de trânsito	0%	0%	0%
Data comemorativa/especiais	0%	0%	0%
Outros	0,5%	1,0%	0,7%
Não foi possível fazer a aferição	0%	0%	0%
TOTAL	100%	100%	100%

ACIDENTES DOMINAM A COBERTURA

A percepção de que os acidentes impulsionam essa cobertura temática é reforçada ao verificarmos que, na média geral, 69,0% de todos os textos que tratam de questões relacionadas a Trânsito trazem casos concretos de acidentes, como demonstra a tabela a seguir:

TABELA 6 – A MATÉRIA MENCIONA CASOS CONCRETOS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO?

CASOS CONCRETOS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	71,1%	64,9%	69,0%
Não	28,9%	35,1%	31,0%
TOTAL	100%	100%	100%

Ao analisarmos a categoria de transporte envolvida nos acidentes automotivos que a imprensa repercute (veja Tabela 7), nota-se que 63,5% (média geral) dos textos que mencionam acidentes registram a presença de veículos particulares. Para outras categorias de veículos, no entanto, observam-se algumas particularidades na cobertura realizada pelos diários de âmbitos local e nacional:

- Enquanto 39,10% dos acidentes de trânsito noticiados na imprensa regional relacionam-se a veículos de carga pesada (caminhão/cegonha/carreta), nos jornais de circulação nacional esse mesmo tipo de veículo está presente em índice bem mais baixo: 17,80%.
- Acidentes envolvendo motocicletas também estão mais presentes nos veículos regionais: 18,8% contra 8,9%.
- Já a bicicleta costuma aparecer mais nos acidentes de trânsito noticiados pelos veículos de circulação nacional: 15,6% desse recorte de textos, enquanto nos diários regionais o índice é de 5,4%.

TABELA 7 – CATEGORIAS DE TRANSPORTE MENCIONADAS EM CASOS CONCRETOS DE ACIDENTES*/**

CATEGORIAS DE TRANSPORTE	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Carro particular	64,9%	60,7%	63,5%
Caminhão/cegonha/carreta	39,1%	17,8%	32,1%
Ônibus/transporte coletivo	23,2%	22,2%	22,9%
Pedestre	16,7%	20,0%	17,8%
Motocicleta	18,8%	8,9%	15,6%
Bicicleta	5,4%	15,6%	8,8%
Van	2,5%	3,0%	2,7%
Micro-ônibus	0,4%	1,5%	0,7%
Mototaxi	0,4%	0%	0,2%
Outros	1,4%	0%	1,0%
Não menciona	4,3%	11,9%	6,8%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam casos concretos de acidentes (69,0% do universo total).

No que se refere ao sexo dos envolvidos nos acidentes (veja Tabela 8) fica evidente não haver grandes disparidades entre os veículos de alcance nacional e os regionais. Na média geral, 59,1% dos

textos que mencionam acidentes retratam majoritariamente homens. Mulheres são destacadas em 12,9% e homens e mulheres aparecem na mesma proporção em 9,0% desse recorte do noticiário.

Merece ser assinalado que esses índices aproximam-se bastante das proporções de mortos e feridos encontradas nas estatísticas oficiais, relativamente ao sexo.

TABELA 8 - A MATÉRIA MENCIONA O SEXO DOS ENVOLVIDOS NO ACIDENTE?*

SEXO DOS ENVOLVIDOS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Majoritariamente homens	61,2%	54,8%	59,1%
Majoritariamente mulheres	12,0%	14,8%	12,9%
Homens e mulheres na mesma proporção	8,7%	9,6%	9,0%
Não menciona	18,1%	20,7%	19,0%
TOTAL	100%	100%	100%

* Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam casos concretos de acidentes (69,0% do universo total).

Embora, em uma leitura geral, grande parte dos textos que mencionam acidentes não especifique a idade dos envolvidos (37,5%, conforme aponta a *Tabela 9*), é possível identificar que, quando tal referência ocorre, os jovens são os mais citados - especialmente na faixa entre 19 a 24 anos (20,4%) e de 25 a 29 anos (20,0%). Também são destacadas:

- A faixa que vai de 30 a 34 anos (sendo que, nos veículos regionais, ela é citada em 13,4%; e nos nacionais, em 20,0%).
- A faixa etária de 12 a 18 anos (13,1%, na média geral).

Excluindo-se crianças e adolescentes, as idades menos mencionadas de envolvidos em acidentes estão entre 45 e 49 anos (8,80%) e 40 e 44 anos (9,2%).

TABELA 9 - A MATÉRIA MENCIONA A IDADE DOS ENVOLVIDOS NO ACIDENTE?*/**

IDADE	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
0 a 4 anos	5,4%	8,1%	6,3%
5 a 8 anos	6,5%	5,9%	6,3%
9 a 11 anos	4,3%	5,2%	4,6%
12 a 18 anos	13,8%	11,9%	13,1%
19 a 24 anos	19,6%	22,2%	20,4%
25 a 29 anos	19,9%	20,0%	20,0%
30 a 34 anos	13,4%	20,0%	15,6%
35 a 39 anos	9,8%	12,6%	10,7%
40 a 44 anos	10,1%	7,4%	9,2%
45 a 49 anos	9,1%	8,1%	8,8%
50 a 59 anos	12,3%	8,1%	10,9%
60 anos ou mais	12,0%	11,9%	11,9%
Não menciona	38,0%	36,3%	37,5%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam casos concretos de acidentes (69,0% do universo total).

Conforme apontam as tabelas a seguir (números 10 e 11), tanto nos veículos regionais quanto nos de alcance nacional, a ampla maioria dos acidentes noticiados pela imprensa tem mortos ou feridos (95,6%, na média geral), e 64,4% desses textos destacam vítimas fatais.

TABELA 10 – ACIDENTES COM VÍTIMAS (MORTOS OU FERIDOS)*

VÍTIMAS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	94,9%	97,0%	95,6%
Não	5,1%	3,0%	4,4%
TOTAL	100%	100%	100%

* Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam casos concretos de acidentes (69,0% do universo total).

TABELA 11 – MENÇÃO A VÍTIMAS FATAIS*

VÍTIMAS FATAIS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	60,3%	72,5%	64,4%
Não	39,7%	27,5%	35,6%
TOTAL	100%	100%	100%

* Dados relativos ao conjunto de textos que relatam a existência de vítimas (95,6% das matérias que mencionam acidentes).

De acordo com o levantamento (veja Tabela 12), condutores são as vítimas mais mencionadas. Vale observar que essa indicação está mais presente nos veículos regionais (70,2%, frente a 54,2% nos de alcance nacional).

- Passageiros são apontados como vítimas em 46,2% do noticiário local e em 34,4% do nacional.
- No caso de pedestres, os índices são um pouco mais similares: 16,4% nos jornais regionais e 19,1% nos de circulação nacional.

TABELA 12 – VÍTIMAS MENCIONADAS*/**

VÍTIMAS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Condutores	70,2%	54,2%	64,9%
Passageiros	46,2%	34,4%	42,2%
Pedestres	16,4%	19,1%	17,3%
Não foi possível identificar	11,1%	21,4%	14,5%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que relatam a existência de vítimas (95,6% das matérias que mencionam acidentes).

PERFIL DAS VÍTIMAS

Numa análise mais geral sobre os condutores vitimados por acidentes noticiados pela imprensa (veja Tabela 13), é possível perceber que a maior parte dirige carros particulares (58,4%), seguindo-se as motocicletas (20,4%) e os caminhão/cegonha/carreta (18,0%). O número de condutores de bicicleta envolvidos em acidentes é similar ao de motoristas de ônibus ou outro transporte coletivo: 12,2% e 11,4%, respectivamente.

Ao avançarmos para a análise das particularidades da cobertura sobre acidentes feita pelos veículos de alcance nacional e os regionais, é possível notar que:

- Casos em que as vítimas eram condutores de motocicletas são bem mais mencionados nos regionais (24,5% frente a 9,9% nos nacionais).
- São os jornais regionais também que mais noticiam vítimas que conduzem caminhão/cegonha/carreta (21,2% frente a 9,9% nos nacionais).
- No caso das bicicletas, o comportamento se inverte: são os diários de circulação nacional que mais destacam vítimas de acidentes de trânsito que são condutores desse tipo de veículo (25,4%, enquanto nos jornais regionais o índice é de 7,1%).

TABELA 13 – TIPOS DE VEÍCULOS CONDUZIDOS PELAS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO */**

VEÍCULOS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Carro particular	60,9%	52,1%	58,4%
Motocicleta	24,5%	9,9%	20,4%
Caminhão/cegonha/carreta	21,2%	9,9%	18,0%
Bicicleta	7,1%	25,4%	12,2%
Ônibus/transporte coletivo	11,4%	11,3%	11,4%
Van	1,6%	1,4%	1,6%
Micro-ônibus	0,5%	0%	0,4%
Mototáxi	0,5%	0%	0,4%
Outros	1,1%	0%	0,8%
Não foi possível identificar	1,6%	4,2%	2,4%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que relacionam os condutores entre as vítimas dos acidentes de trânsito (65% das matérias que mencionam vítimas).

No que se refere aos passageiros vitimados (veja Tabela 14), o levantamento aponta que em 59,6% dos textos (média geral dos jornais) que mencionam os passageiros entre as vítimas dos acidentes, eles estavam em carros particulares. Também é alto o número de acidentes com passageiros de ônibus ou outro transporte coletivo: aparecem em 27,7% dessas matérias.

- Em menor medida, a imprensa menciona passageiros vitimados em acidentes de veículos como caminhão/cegonha/carreta (4,8% do conjunto de matérias que mencionam acidentes) e van (3,0%).
- No caso das motocicletas, 11,6% dos textos dos periódicos regionais que mencionam vítimas de acidentes associam os passageiros vitimados a esse tipo de veículo, enquanto na imprensa de âmbito nacional ele sequer é citado.

TABELA 14 – TIPOS DE VEÍCULOS UTILIZADOS PELOS PASSAGEIROS VITIMADOS PELOS ACIDENTES DE TRÂNSITO */**

VEÍCULOS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Carro particular	62,0%	53,3%	59,6%
Ônibus/transporte coletivo	26,4%	31,1%	27,7%
Motocicleta	11,6%	0%	8,4%
Caminhão/cegonha/carreta	4,1%	6,7%	4,8%
Van	1,7%	6,7%	3,0%
Micro-ônibus	0,8%	2,2%	1,2%
Mototáxi	0%	0%	0%
Bicicleta	0%	0%	0%
Outros	2,5%	0%	1,8%
Não foi possível identificar	3,3%	8,9%	4,8%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que relacionam passageiros entre as vítimas dos acidentes de trânsito (42,2% das matérias que mencionam vítimas).

Assim como verificado para os envolvidos em acidentes, ao observarmos o sexo das vítimas nas notícias sobre o assunto, 56,2% é masculino, na média geral (ver Tabela 15). Vítimas do sexo feminino são citadas majoritariamente por 17,0% dos textos que mencionam acidentes e um percentual um pouco maior (20,1%) não traz esse tipo de informação.

TABELA 15 – MENÇÃO AO SEXO DAS VÍTIMAS*

SEXO VÍTIMAS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Majoritariamente homens	57,6%	53,4%	56,2%
Majoritariamente mulheres	16,0%	19,1%	17,0%
Homens e mulheres na mesma proporção	7,6%	7,6%	7,6%
Não menciona	19,1%	22,1%	20,1%
TOTAL	100%	100%	100%

* Dados relativos ao conjunto de textos que relatam a existência de vítimas (95,6% das matérias que mencionam acidentes).

Ao observarmos a faixa etária das vítimas, é possível notar equilíbrio entre a cobertura elaborada pelos jornais regionais e de alcance nacional (veja Tabela 16). Assim, de acordo com essa parcela do noticiário, nos acidentes de trânsito a maioria das vítimas são pessoas entre 25 a 29 anos (16,0%), 19 a 24 anos (15,8%) e 30 a 34 anos (15,0%). Adolescentes e crianças também são envolvidos no problema:

- 13,2% das vítimas mencionadas pelos jornais têm entre 12 e 18 anos; 6,1% têm entre 0 e 4 anos; e 5,9%, entre 5 e 8 anos.

TABELA 16 – MENÇÃO À FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS*/**

IDADE VÍTIMAS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
0 a 4 anos	5,3%	7,6%	6,1%
5 a 8 anos	6,1%	5,3%	5,9%
9 a 11 anos	4,6%	4,6%	4,6%
12 a 18 anos	14,5%	10,7%	13,2%
19 a 24 anos	16,0%	15,3%	15,8%
25 a 29 anos	16,8%	14,5%	16,0%
30 a 34 anos	12,6%	19,8%	15,0%
35 a 39 anos	8,0%	9,2%	8,4%
40 a 44 anos	8,8%	6,1%	7,9%
45 a 49 anos	8,0%	6,9%	7,6%
50 a 59 anos	11,5%	6,1%	9,7%
60 anos ou mais	10,7%	9,9%	10,4%
Não menciona	38,5%	37,4%	38,2%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que relatam a existência de vítimas (95,6% das matérias que mencionam acidentes).

A ABORDAGEM DOS FATORES DE RISCO

O estudo também busca identificar de que modo a imprensa escrita de âmbitos nacional e regional aborda os chamados fatores de risco e sua relação com os acidentes de trânsito (ver Tabela 17). Nesse quesito, são analisados aspectos como uso de álcool ou outras substâncias psicoativas, excesso de velocidade, não uso de equipamentos de segurança ou mesmo condições do veículo.

De acordo com os dados coletados:

- Quanto aos fatores de risco apontados pela imprensa na cobertura desses acidentes, destaca-se principalmente o uso de álcool pelo condutor (13,9%, na média geral). Também é mencionado o excesso de velocidade, sendo que nos jornais de alcance nacional esse aspecto aparece em 17,0% dos textos que mencionam acidentes e nos regionais, em 8,0%.
- Embora em menor medida, também são citadas questões como o uso de fármacos ou outras substâncias psicoativas (1,2%) e o estado de fadiga ou cansaço (2,4%).
- Vale observar que o uso de celular não é mencionado como fator de risco em quaisquer das notícias sobre acidentes analisadas.

TABELA 17 – FATORES DE RISCO RELACIONADOS AOS CONDUTORES ENVOLVIDOS EM ACIDENTES*/**

FATORES DE RISCO	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sob efeito de álcool	13,8%	14,1%	13,9%
Em alta/incompatível/excessiva velocidade	8,0%	17,0%	10,9%
Em estado de fadiga ou cansaço	2,9%	1,5%	2,4%
Sob efeito de fármacos ou outras substâncias psicoativas	0,4%	3,0%	1,2%
Dirigindo por um longo período ou por um período superior ao recomendado por lei	0,7%	0,7%	0,7%
Utilizando o celular (ou realizando outra atividade enquanto dirigia)	0%	0%	0%
Não menciona	77,5%	73,3%	76,2%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam casos concretos de acidentes (69,0% do universo total).

O uso do cinto de segurança – mecanismo que, segundo diversos pesquisadores, mais salva vidas no País⁴ – é ignorado em 96,8% de todos os textos sobre os acidentes de trânsito. Um número apenas residual de matérias aborda a questão, descrevendo que o cinto não estava sendo utilizado por condutores e/ou passageiros (1,9%) ou que estava sendo utilizado (1,20%). Não há referências ao que consiste o uso de forma adequada ou inadequada desse equipamento (veja Tabela 18).

TABELA 18 – USO DO CINTO DE SEGURANÇA POR CONDUTORES E PASSAGEIROS EM ACIDENTES*

CINTO DE SEGURANÇA	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Não estava sendo utilizado	1,1%	3,7%	1,9%
Estava sendo utilizado	0,7%	2,2%	1,2%
Estava sendo utilizado de forma adequada	0%	0%	0%
Estava sendo utilizado de forma inadequada	0%	0%	0%
Não menciona	98,2%	94,1%	96,8%
TOTAL	100%	100%	100%

* Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam casos concretos de acidentes (69,0% do universo total).

⁴ Wilson Nobre e Anamaria de Moraes, da PUC-Rio, por exemplo.

É ainda menor a atenção da imprensa ao mencionar o mecanismo de retenção para criança, a chamada “cadeirinha”, no noticiário sobre acidentes de trânsito. Conforme aponta a tabela a seguir, o assunto é praticamente ignorado tanto pelos veículos de alcance nacional quanto pelos regionais, embora exista legislação estabelecendo que crianças de até um ano devem de ser levadas em “bebês-conforto”; de 1 a 4 anos, em “cadeirinha”; de 4 a 7 anos e meio, em assento de elevação (*booster*) e daí aos 10 anos, com cinto de segurança no banco de trás. De acordo com a lei, o descumprimento é considerado infração gravíssima e gera multa e perda de pontos na carteira de habilitação.

TABELA 19 – USO DO MECANISMO DE RETENÇÃO PARA CRIANÇA (“CADEIRINHA”) EM ACIDENTES*

“CADEIRINHA”	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Estava sendo utilizada	0,4%	0,7%	0,5%
Estava sendo utilizada de forma adequada	0,4%	0%	0,2%
Estava sendo utilizada de forma inadequada	0%	0,7%	0,2%
Não estava sendo utilizada	0%	0%	0%
Não menciona	99,3%	98,5%	99,0%
TOTAL	100%	100%	100%

* Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam casos concretos de acidentes (69,0% do universo total).

Outra grave lacuna da cobertura dos acidentes de trânsito é registrada na abordagem dos capacetes utilizados para protegerem motociclistas e ciclistas. Nesse grupo de textos (veja *Tabela 20*), apenas 0,2% descreve o uso do equipamento por parte de condutores e passageiros.

TABELA 20 – USO DO CAPACETE POR CONDUTORES E PASSAGEIROS EM ACIDENTES*

CAPACETE	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Estava sendo utilizado	0%	0,7%	0,2%
Estava sendo utilizado de forma adequada	0%	0%	0%
Estava sendo utilizado de forma inadequada	0%	0%	0%
Não estava sendo utilizado	0%	0%	0%
Não menciona	100%	99,3%	99,8%
TOTAL	100%	100%	100%

* Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam casos concretos de acidentes (69,0% do universo total).

O levantamento também busca identificar se, ao noticiar acidentes de trânsito, a imprensa relaciona o ocorrido a fatores externos. Segundo os dados (veja *Tabela 21*), os jornais de alcance nacional costumam abrir maior espaço a esses aspectos:

- As condições físicas da via são apontadas em 8,9% dos textos sobre acidentes de trânsito publicados pela imprensa de âmbito nacional. Nos veículos regionais esse índice é menor: 3,3%.
- As condições do veículo são mencionadas em 5,9% dessa cobertura nos diários de circulação nacional, enquanto nos regionais isso ocorre em 1,8%.
- Condições climáticas também são mais lembradas pelo noticiário dos meios de âmbito nacional (5,2%, frente a 3,6%).

TABELA 21 - CAUSAS DO ACIDENTE*/**

FATORES EXTERNOS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Condições físicas da via	3,3%	8,9%	5,1%
Condições climáticas	3,6%	5,2%	4,1%
Condições do veículo	1,8%	5,9%	3,2%
Condições de visibilidade (aspectos circunstanciais)	0%	3,0%	1,0%
Não menciona	93,1%	79,3%	88,6%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam casos concretos de acidentes (69,0% do universo total).

Em relação às características dos veículos envolvidos nos acidentes cobertos pelas redações, 97,1% dos textos não trazem esse tipo de referência (veja Tabela 22). Quando tal menção ocorre, está relacionada principalmente ao tempo de uso do veículo (1,5%) e à presença de *airbag* (1,2%).

TABELA 22 - CARACTERÍSTICAS DOS VEÍCULOS ENVOLVIDOS NO ACIDENTE*/**

CARACTERÍSTICAS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Os veículos eram velhos, em más condições de uso	0,7%	3,0%	1,5%
Os veículos eram equipados com <i>airbag</i>	0,7%	2,2%	1,2%
Menciona o tempo de uso do veículo	0%	0,7%	0,2%
Os veículos eram novos, seminovos, em boas condições de uso	0%	0,7%	0,2%
Os veículos não eram equipados com <i>airbag</i>	0%	0%	0%
Os veículos não eram equipados com encosto de cabeça nos bancos	0%	0%	0%
Os veículos eram equipados com encosto de cabeça nos bancos	0%	0%	0%
Não menciona	98,6%	94,1%	97,1%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam casos concretos de acidentes (69,0% do universo total).

CAUSAS E SOLUÇÕES RELACIONADAS AOS PROBLEMAS DO TRÂNSITO

A qualidade da cobertura também pode ser avaliada a partir da ótica investigativa da notícia, ou seja, quando o jornalista avança para além da simples narrativa dos fatos – apontando, por exemplo, causas do problema e debatendo possíveis meios para seu enfrentamento.

Segundo o levantamento coordenado pela ANDI, 88,8% das notícias sobre Trânsito não apresentam, de forma mais ampla e contextualizada, uma denúncia ou proposta de solução (veja Tabela 23). Quando tal abordagem investigativa ocorre, está mais focada em situações de denúncia. De acordo com os números coletados:

- 8,7% da cobertura dedicada ao tema pelos jornais de alcance nacional apresentam denúncia contextualizada, abordando a violência no trânsito como um problema social abrangente e utilizando-se de elementos qualitativos e de contexto. No caso dos veículos regionais, o índice é de 5,9%.
- A discussão de possíveis soluções para estas denúncias apresentadas não ocorre na mesma frequência. Segundo o levantamento, no noticiário de alcance nacional 7,6% dos textos avançam nesta perspectiva. Nos diários locais, ela está ainda menos presente: 2,6%.

TABELA 23 – ÓTICA INVESTIGATIVA: DENÚNCIAS E SOLUÇÕES

ÓTICA INVESTIGATIVA	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
A matéria apresenta denúncia (contextualizando amplamente o problema)	5,9%	8,7%	6,9%
A matéria discute soluções (implica em uma denúncia também ser tratada amplamente no texto)	2,6%	7,6%	4,3%
Não apresenta denúncia ou solução	91,5%	83,7%	88,8%
TOTAL	100%	100%	100%

O uso de álcool e/ou o excesso de velocidade são lembrados em 14,1% do total de notícias sobre a temática (veja Tabela 24). Ainda segundo o levantamento:

- O consumo de álcool é a causa de acidente mais mencionada pela imprensa: 7,9%, na média geral.
- Na sequência está a combinação entre o uso de bebidas alcoólicas e o excesso de velocidade, com 3,5% dos textos fazendo essa referência.
- O desrespeito aos limites de velocidade estabelecidos também está entre as causas do problema, conforme o noticiário sobre o tema: 2,7% dos textos jornalísticos sobre acidentes de trânsito mencionam a questão.

TABELA 24 – ÁLCOOL E VELOCIDADE COMO CAUSAS DE ACIDENTES

CAUSAS: ÁLCOOL E VELOCIDADE	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim, o uso de álcool	7,2%	9,1%	7,9%
Sim, a velocidade	2,1%	3,8%	2,7%
Sim, o uso de álcool e a velocidade	3,4%	3,8%	3,5%
Não menciona	87,4%	83,2%	85,9%
TOTAL	100%	100%	100%

Uma outra perspectiva de discussão de soluções, aponta o levantamento da ANDI, acontece quando os textos não vinculam esta abordagem à investigação de uma denúncia específica. Este

conjunto de matérias, geralmente de menor densidade informativa do que aquelas registradas na Tabela 23, alcança 19,0% de todo o universo analisado (veja Tabela 25).

Sobre este tipo de menção a soluções, vale observar também o comportamento distinto entre os diários locais e os jornais de alcance nacional. Enquanto os primeiros reforçam a importância de ações de cunho educativo como estratégia para resolver os problemas no trânsito, os de âmbito nacional garantem espaço a uma postura muito mais voltada à repressão e punição dos condutores,

TABELA 25 – APRESENTAÇÃO DE SOLUÇÕES (SEM CONTEXTUALIZAÇÃO DE DENÚNCIAS)

SOLUÇÕES	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	17,3%	22,1%	19,0%
Não	82,7%	77,9%	81,0%
TOTAL	100%	100%	100%

Para os veículos de alcance nacional, de acordo com os dados da Tabela 26, o caminho para solucionar os problemas no trânsito brasileiro está, principalmente, na elaboração de leis mais rígidas (39,1%); na destinação de maior efetivo para fiscalização (23,9%); e numa maior rigidez na fiscalização (21,7%).

Embora também aponte a importância de uma maior fiscalização (28,4%), os diários regionais priorizam, dentre as propostas de solução para o problema, a mudança de hábitos/educação no trânsito (26,9%) e a disseminação de informação, comunicação, campanhas educativas (26,9%). Ainda observando essas distinções de posicionamento, vale apontar que:

- A melhoria na qualidade do transporte público é citada como solução em 6,0% dos textos publicados pelos diários regionais que discutem possíveis saídas para o problema. A medida não aparece nos veículos de alcance nacional analisados no período.
- Enquanto a redução dos limites de velocidade estabelecidos é mencionada em 8,7% do noticiário de alcance nacional que menciona soluções, nos veículos locais a estratégia aparece em 1,5%.

TABELA 26 – SOLUÇÕES MENCIONADAS*/**

SOLUÇÕES	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Elaboração de leis mais rígidas	22,4%	39,1%	29,2%
Maior fiscalização (maior efetivo)	28,4%	23,9%	26,5%
Disseminação de informação, comunicação, campanhas educativas	26,9%	17,4%	23,0%
Mudança de hábitos/educação no trânsito	26,9%	8,7%	19,5%
Melhoria na infraestrutura de mobilidade urbana	16,4%	15,2%	15,9%
Fiscalização mais rígida	9,0%	21,7%	14,2%
Investimento em novas políticas de trânsito	9,0%	13,0%	10,6%
Investimento em ações de educação no trânsito nas escolas	11,9%	6,5%	9,7%
Incentivo à utilização de transportes alternativos/diminuição do volume de veículos motorizados nas vias públicas	4,5%	6,5%	5,3%
Redução dos limites de velocidade estabelecidos pela legislação	1,5%	8,7%	4,4%
Integração das ações governamentais/melhor gestão de políticas públicas existentes	3,0%	4,3%	3,5%
Melhoria na qualidade do transporte público	6,0%	0%	3,5%
Outras	4,5%	2,2%	3,5%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam soluções para os problemas do trânsito (19,0% do universo total).

No que se refere aos custos sociais decorrentes dos acidentes de trânsito – tais como perda de produtividade, desvio de recursos institucionais etc. –, o levantamento aponta que nos jornais de circulação nacional o assunto é abordado em 3,8% dos textos, enquanto nos regionais o índice é de 1,3% (veja Tabela 27).

TABELA 27 – CUSTOS SOCIAIS DECORRENTES DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO

CUSTOS SOCIAIS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	1,3%	3,8%	2,2%
Não	98,7%	96,2%	97,8%
TOTAL	100%	100%	100%

Assim como nos custos sociais, os jornais de abrangência nacional também chamam mais atenção para os custos econômicos em decorrência dos acidentes de trânsito, ou seja, os gastos do governo/sociedade em geral com tratamento de vítimas. Conforme aponta a tabela a seguir, essa informação é mencionada em 4,3% das notícias sobre o tema publicadas pelos jornais de circulação nacional e em 1,0% pelos regionais.

TABELA 28 – CUSTOS ECONÔMICOS DECORRENTES DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO

CUSTOS ECONÔMICOS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim, com valores específicos	1,0%	4,3%	2,2%
Sim, sem valores específicos	0,5%	2,4%	1,2%
Não menciona	98,5%	93,3%	96,6%
TOTAL	100%	100%	100%

Segundo o levantamento conduzido pela ANDI, o noticiário sobre o tema não costuma abordar as consequências para a família, ou mesmo para a vítima de acidente de trânsito. As tabelas a seguir (números 29 e 30) mostram que somente 1,7% do total de notícias analisadas pontuam tais consequências no âmbito da família da vítima. No caso da própria vítima do acidente, o percentual é de 2,2%.

TABELA 29 – CONSEQUÊNCIAS PARA A FAMÍLIA

CONSEQUÊNCIAS FAMÍLIA	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	1,3%	2,4%	1,7%
Não	98,7%	97,6%	98,3%
TOTAL	100%	100%	100%

TABELA 30 – CONSEQUÊNCIAS PARA O INDIVÍDUO

CONSEQUÊNCIAS INDIVÍDUO	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	1,8%	2,9%	2,2%
Não	98,2%	97,1%	97,8%
TOTAL	100%	100%	100%

LEGISLAÇÃO NO TRÂNSITO

Ao abordar as questões relativas ao Trânsito não somente com um viés informativo, mas a partir de um enfoque de direitos, os veículos de comunicação dão um importante passo para a qualidade da notícia. Isso porque a ausência do enfoque dos direitos impossibilita a interpretação dos fatos como circunscritos a uma ordem normativa, ou seja, de cumprimento ou negligência em relação às leis.

Os dados apresentados na tabela a seguir apontam que 23,8% do total de notícias sobre o assunto mencionam legislação (sendo 30,3% nos jornais de alcance nacional e 20,4% nos regionais). O índice é considerado alto se comparado com os valores encontrados em outras análises temáticas já conduzidas pela ANDI.

TABELA 31 – A NOTÍCIA MENCIONA LEGISLAÇÃO?

LEGISLAÇÃO	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	20,4%	30,3%	23,8%
Não	79,6%	69,7%	76,2%
TOTAL	100%	100%	100%

Os números coletados pela pesquisa revelam que a Lei 11.705 é a legislação mais mencionada pelo noticiário sobre Trânsito publicado tanto pelos jornais de circulação nacional quanto pelos regionais. Apelidada de “Lei Seca”, foi aprovada em 2008, modificando o Código de Trânsito Brasileiro. A lei proíbe o consumo, por condutores de veículos, de quantidade de bebida alcoólica superior a 0,1 mg de álcool por litro de ar expelido no exame do bafômetro (ou 2 dg de álcool por litro de sangue), ficando o transgressor sujeito a pena de multa, à suspensão da carteira de habilitação por 12 meses e até à pena de detenção, dependendo da concentração de álcool por litro de sangue.

O levantamento mostra ainda que:

- O Código Brasileiro de Trânsito é a segunda legislação mais citada, presente em 34,5% de todos os textos que mencionam leis.
- Também são mencionados Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição (PEC), como o PL 4254/12, que inclui o cinto de segurança de três pontos entre os equipamentos obrigatórios em ônibus; ou o PL 4237/12, que inclui entre os equipamentos obrigatórios dos veículos dispositivo que permita a abertura e fechamento dos vidros elétricos por meio mecânico. Esse tipo de contribuição à legislação está presente em 14,8% dessa parcela de textos.
- Chama atenção a quase inexistência de citação a importantes marcos legais, como a chamada “Lei da cadeirinha” (Resolução 277/2008 do Conselho Nacional de Trânsito/Contran), presente em apenas 0,7% das matérias analisadas que mencionam legislação; e a Resolução 396/2011 do Contran (que trata da instalação de equipamentos de controle de velocidade), também mencionada em 0,7%.
- Há ainda lacunas na referência a outras legislações importantes, como a Lei nº 12.619/2012 (conhecida como “Lei do descanso do caminhoneiro”) e a Resolução nº 405/2012 do Contran (que trata do mesmo tema), para as quais não há qualquer citação.

TABELA 32 – LEIS E NORMATIVAS MENCIONADAS*/**

LEIS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Constituição Federal	1,3%	0%	0,7%
Código Brasileiro de Trânsito	38,0%	30,2%	34,5%
“Lei Seca” / Lei 11.705/2008	59,5%	69,8%	64,1%
“Lei da cadeirinha”/ Resolução 277 do Contran	1,3%	0%	0,7%
Resolução 396/2011 do Contran, sobre instalação de equipamentos de controle de velocidade	1,3%	0%	0,7%
“Lei do descanso do caminhoneiro”/ Lei nº 12.619/2012	0%	0%	0%
Resolução nº 405/2012 do Conselho Nacional de Trânsito/ Contran	0%	0%	0%
Projetos de lei e PECs	17,7%	11,1%	14,8%
Outras	19,0%	17,5%	18,3%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam leis e normativas (23,8% do universo total).

O estudo realizado pela ANDI – Comunicação e Direitos mostra ainda que mais da metade do noticiário sobre Trânsito que menciona leis inclui alguma citação às penalidades previstas no caso de descumprimento da legislação, como registrado na tabela abaixo.

TABELA 33 – MENÇÃO A PENALIDADES*

PENALIDADES	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	50,6%	50,8%	50,7%
Não	49,4%	49,2%	49,3%
TOTAL	100%	100%	100%

* Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam leis e normativas (23,8% do universo total).

No caso específico da chamada “Lei Seca”, 26,4% desse grupo de textos mencionam explicitamente o limite de concentração de álcool permitido no sangue, de acordo com a legislação vigente (veja Tabela 34). Vale observar que tal referência é feita em maior frequência pelos jornais de circulação nacional (31,8%, frente a 21,3%).

TABELA 34 – MENÇÃO O LIMITE DE ÁLCOOL PERMITIDO NO SANGUE PELA “LEI SECA”*

MENÇÃO AO LIMITE DE ÁLCOOL PERMITIDO NO SANGUE	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	21,3%	31,8%	26,4%
Não	78,7%	68,2%	73,6%
TOTAL	100%	100%	100%

* Dados relativos ao conjunto de textos que citam a “Lei Seca” (64,1% das matérias que mencionam legislação).

De acordo com os números coletados (veja Tabela 35), a imprensa tem se mostrado bastante favorável às determinações trazidas pela chamada “Lei Seca”: 34,1% dos textos dos diários de circulação local e nacional que mencionam esta legislação se colocam totalmente favoráveis a essa normativa.

- Vale observar que, enquanto 25,00% dos jornais de alcance nacional se apresentam favoravelmente à Lei Seca - mas com algumas ressalvas -, no caso dos diários regionais o índice é bem menor: 8,50%.
- Nessa recorte da amostra, somente 2,1% dos textos dos diários locais se mostram totalmente contrários à “Lei Seca”. No caso dos veículos nacionais, esse posicionamento inexistente.

TABELA 35 - AVALIAÇÃO SOBRE A “LEI SECA”*

AVALIAÇÃO “LEI SECA”	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Totalmente favorável	34,0%	34,1%	34,1%
Parcialmente favorável (favorável, mas com ressalvas)	8,5%	25,0%	16,5%
Equilibrado: favorável e contrário na mesma proporção	0%	2,3%	1,1%
Parcialmente contrário (contrário, mas com alguns aspectos positivos)	2,1%	2,3%	2,2%
Totalmente contrário	2,1%	0%	1,1%
Não se posiciona, limita-se a descrevê-la	53,2%	36,4%	45,1%
TOTAL	100%	100%	100%

** Dados relativos ao conjunto de textos que citam a “Lei Seca” (64,1% das matérias que mencionam legislação).

Outro dado relevante trazido à luz pela pesquisa da ANDI é o de que 9,6% das notícias analisadas fazem referência a recusas na realização do teste do bafômetro, instrumento legal utilizado para aferir a quantidade de bebida alcoólica ingerida pelo condutor. Essas citações ocorrem em maior frequência nos jornais de alcance nacional: 14,4%, frente a 7,0% nos regionais.

TABELA 36 - MENÇÃO À RECUSA EM REALIZAR O TESTE DO BAFÔMETRO

MENCIONA RECUSA	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	7,0%	14,4%	9,6%
Não	93,0%	85,6%	90,4%
TOTAL	100%	100%	100%

LIMITES DE VELOCIDADE EM QUESTÃO

Poucas são as notícias que abordam os limites de velocidade estabelecidos pela legislação vigente (3,2%, na média geral). Nos raros momentos em que tal referência ocorre, a ampla maioria dos textos limita-se a descrevê-los (94,7%), como apontam as Tabelas 37 e 38.

Os veículos de circulação nacional não publicaram nenhuma notícia criticando os limites de velocidade estabelecidos. Mas chama atenção que nos jornais regionais 12,5% desse grupo de textos referem-se a tal determinação como totalmente inadequada.

TABELA 37 - LIMITES DE VELOCIDADE

LIMITES DE VELOCIDADE	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	2,1%	5,3%	3,2%
Não	97,9%	94,7%	96,8%
TOTAL	100%	100%	100%

TABELA 38 - AVALIAÇÃO DOS LIMITES DE VELOCIDADE*

AVALIAÇÃO LIMITES	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Totalmente adequados	0%	0%	0%
Parcialmente adequados (adequados na maioria das vias)	0%	0%	0%
Adequados e inadequados na mesma proporção	0%	0%	0%
Parcialmente inadequados (inadequados na maioria das vias)	0%	0%	0%
Totalmente inadequados	12,5%	0%	5,3%
Não se posiciona, limita-se a descrevê-los	87,5%	100%	94,7%
TOTAL	100%	100%	100%

** Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam limites de velocidade (3,2% do universo total).

De acordo com o levantamento, 6,5% de todos os textos sobre a temática Trânsito mencionam as estratégias de controle de velocidade nas vias públicas (veja Tabela 39). A medida mais lembrada é o uso de câmeras e/ou medidores fixos de controle de velocidade: nos jornais de alcance nacional, 6,3% desse grupo de notícias mencionam os chamados “pardais”; na imprensa regional, o índice é de 2,1%.

Como aponta a Tabela 40, no conjunto de textos que mencionam estratégias de controle de velocidade, 43,6% as classificam como totalmente favoráveis. Vale observar que a aprovação é maior entre os jornais regionais (50,0% frente a 36,8%).

- Avaliações negativas sobre as medidas estão presentes em 7,7% desses textos e, mais uma vez, são os veículos regionais que impulsionam o índice: 10,0%, frente a 5,3%.
- É considerável o número dessas notícias que se limita a descrever as estratégias de controle, sem portanto, apresentar um posicionamento: 41,0%, na média geral.

TABELA 39 – ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DE VELOCIDADE NAS VIAS PÚBLICAS*

ESTRATÉGIAS DE CONTROLE	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Câmeras/medidores fixos de controle de velocidade (pardais)	2,1%	6,3%	3,5%
Câmeras/medidores estáticos de controle de velocidade (instalado em veículo parado ou em suporte apropriado)	0,5%	1,0%	0,7%
Câmeras/medidores portáteis de controle de velocidade (direcionado manualmente para o veículo)	1,0%	0%	0,7%
Carros equipados com medidores de velocidade	0,3%	0%	0,2%
Barreiras físicas (lombadas)	1,8%	0,5%	1,3%
Barreiras eletrônicas	0,5%	1,4%	0,8%
Medidas de engenharia (estreitamento de pistas, entre outras)	0,5%	0%	0,3%
Outras	1,3%	1,4%	1,3%
Não menciona	94,8%	90,9%	93,5%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

TABELA 40 – AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DE VELOCIDADE NAS VIAS PÚBLICAS*

AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Totalmente favorável	50,0%	36,8%	43,6%
Parcialmente favorável (favorável, mas com ressalvas)	0%	5,3%	2,6%
Equilibrado: favorável e contrário na mesma proporção	5,0%	5,3%	5,1%
Parcialmente contrário (contrário, mas com alguns aspectos positivos)	0%	0%	0%
Totalmente contrário	10,0%	5,3%	7,7%
Não se posiciona, limita-se a descrevê-la	35,0%	47,4%	41,0%
TOTAL	100%	100%	100%

** Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam estratégias de controle da velocidade (6,5% do universo total).

USO DE INDICADORES ESTATÍSTICOS

A utilização de indicadores estatísticos é outra valiosa ferramenta da imprensa no cumprimento do papel de informar com qualidade acerca dos desafios de uma determinada realidade. Dados quantitativos sobre o problema contribuem para uma visão mais ampla do contexto, auxiliando na elaboração de respostas às variáveis apresentadas.

Vale olhar com mais atenção alguns índices gerados pelo levantamento conduzido pela ANDI (veja Tabelas 41 e 42):

- 18,3% das notícias sobre Trânsito trazem menção a indicadores estatísticos – número bastante significativo.
- É importante observar, também, que os jornais de abrangência nacional dedicam atenção ainda maior a esse aspecto: 23,6% de seus textos trazem indicadores, enquanto nos veículos regionais o índice é de 15,5%. Ao analisarmos mais detalhadamente o comportamento dos diários regionais nesse quesito, é possível observar uma distinção à regra: os jornais de Tocantins foram os únicos que apresentaram percentual semelhante ao da cobertura nacional (22,90%).
- A maior parte dessas informações tem como fonte a Polícia Rodoviária Federal, especialmente no caso dos diários regionais (36,7 % frente a 14,3%).
- O estudo mostra que os jornais buscam fontes estatísticas distintas na produção de notícias sobre o tema. No caso dos veículos locais, duas instituições respondem por metade de todos os dados estatísticos apresentados: a Polícia Rodoviária Federal (com 36,7%) e os Executivos Municipais⁵ (com 13,3%). Em menor medida, são consultadas a Polícia Militar e seus destacamentos (10,0%), o Executivo Federal (6,7%) e o Ministério da Saúde (6,7%).
- Já nos diários de abrangência nacional é possível observar uma distribuição mais equânime de fontes das estatísticas: 14,3% são da Polícia Rodoviária Federal; 12,2% dos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans); 8,2% do Executivo Federal; e 8,2% de universidades ou instituições de pesquisa.
- Embora pouco frequentemente, os jornais de alcance nacional também consultam organizações não-governamentais (6,1%), instituições de segurança pública que não as polícias Militar e Federal (4,1%) e organismos internacionais (2,0%). Os veículos regionais praticamente ignoram as informações disponibilizadas por tais instituições.

TABELA 41 – USO DE INDICADORES ESTATÍSTICOS

ESTATÍSTICAS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	15,5%	23,6%	18,3%
Não	84,5%	76,4%	81,7%
TOTAL	100%	100%	100%

⁵ Entre outras, são citadas as Secretarias de Saúde; Secretarias de Segurança; Secretarias de Trânsito; Secretarias de Transportes e Agências de Transporte e Trânsito.

TABELA 42 – FONTE DOS DADOS ESTATÍSTICOS*/**

FONTES ESTATÍSTICAS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Executivo Federal (exceto os mencionados a seguir)	6,7%	8,2%	7,3%
Ministério da Saúde (DATASUS, SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade)	6,7%	6,1%	6,4%
Ministério dos Transportes / Secretaria de Política Nacional de Transporte	0%	0%	0%
Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana	0%	2,0%	0,9%
Departamento Nacional de Trânsito – Denatran	5,0%	2,0%	3,7%
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	0%	2,0%	0,9%
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	0%	0%	0%
Departamentos Estaduais de Trânsito – Detrans	6,7%	12,2%	9,2%
Executivos municipais	13,3%	0%	7,3%
Polícia Rodoviária Federal	36,7%	14,3%	26,6%
Polícia Militar/e seus destacamentos (Polícia Rodoviária Estadual)	10,0%	6,1%	8,3%
Outras instituições de segurança pública/Polícia	1,7%	4,1%	2,8%
ONGs	0%	6,1%	2,8%
Organização Mundial de Saúde – OMS/OPAS	1,7%	2,0%	1,8%
Outros organismos internacionais	0%	2,0%	0,9%
Universidades/instituições de pesquisa	1,7%	8,2%	4,6%
Seguradora Líder – DPVAT	3,3%	6,1%	4,6%
Outras companhias de seguro	0%	0%	0%
Empresas de transporte	0%	0%	0%
Outras organizações do setor privado	1,7%	6,1%	3,7%
Outros	13,3%	20,4%	16,5%
Não foi possível identificar	20,0%	24,5%	22,0%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam dados estatísticos (18,3% do universo total).

Conforme aponta a Tabela 43 ao apresentar dados estatísticos, a maior parte dessas notícias traça comparações entre condutores e modos de transporte – para a imprensa de âmbito nacional, a referência está presente em 20,4% desse conjunto específico de textos. Nos jornais regionais o número cai um pouco: 18,3%.

- Também é grande o número, nesse recorte de textos, que relaciona mortes/acidentes de trânsito ao consumo de álcool: 18,4% daqueles publicados pela imprensa de circulação nacional e 11,70% das narrativas dos regionais.
- Nesse universo de matérias que menciona dados estatísticos, os acidentes e mortes no trânsito também costumam ser relacionados ao excesso de velocidade, especialmente pelos veículos regionais (16,3%, frente a 8,3%).
- Ao fazer uso de estatísticas na cobertura de questões referentes ao Trânsito, a imprensa escrita também tem produzido comparações entre indicadores de distintas localidades no Brasil. O recurso é usado em 11,9% desse grupo de notícias.

TABELA 43 - COMPARAÇÕES ESTATÍSTICAS*/**

COMPARAÇÕES ESTATÍSTICAS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Relaciona as mortes/acidentes no trânsito ao consumo de álcool	11,7%	18,4%	14,7%
Relaciona as mortes/acidentes no trânsito à velocidade	8,3%	16,3%	11,9%
Relaciona as mortes no trânsito ao total de mortes no País	5,0%	8,2%	6,4%
Faz comparação entre o Brasil e outros países	1,7%	4,1%	2,8%
Faz comparação entre condutores/modos de transporte	18,3%	20,4%	19,3%
Faz comparações entre localidades distintas dentro do País	11,7%	12,2%	11,9%
Faz comparações entre diferentes faixas etárias	6,7%	8,2%	7,3%
Faz comparações entre homens e mulheres	3,3%	6,1%	4,6%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam dados estatísticos (18,3% do universo total).

OS ATORES QUE PARTICIPAM DO DEBATE

O levantamento coordenado pela ANDI revela que grande parte desse noticiário (85,1% de toda a amostra analisada) é construída com a colaboração de fontes de informação. De acordo com os números colhidos, 47,30% dos textos ouvem mais de uma fonte - aspecto que contribui para uma maior pluralidade de informações e, conseqüentemente, contextualização da questão debatida (veja tabelas 44 e 45).

TABELA 44 - A NOTÍCIA CONSULTA FONTES DE INFORMAÇÃO?

FONTES OUVIDAS	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	87,4%	80,8%	85,1%
Não	12,6%	19,2%	14,9%
TOTAL	100%	100%	100%

TABELA 45 - A NOTÍCIA OUVI MAIS DE UMA FONTE DE INFORMAÇÃO?*

MAIS DE UMA FONTE	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim	40,1%	61,9%	47,3%
Não	59,9%	38,1%	52,7%
TOTAL	100%	100%	100%

* Dados relativos ao conjunto de textos que consultam fontes (85,1% do universo total).

Ao observarmos as vozes dominantes nessa cobertura, é possível perceber que a Polícia e outras instituições de segurança pública são as presenças mais recorrentes - sugerindo que o tema costuma ser tratado pela imprensa mais como uma questão de policial do que de mobilidade ou saúde pública. A frequência da participação desses e de outros atores, no entanto, varia de acordo com a abrangência da circulação dos jornais analisados. Conforme aponta a Tabela 46:

- Nos veículos regionais, as fontes mais consultadas são a Polícia Rodoviária (30,7%), outras instituições de segurança pública (28,6%) e a Polícia Militar (17,7%).
- No caso dos jornais de alcance nacional, o espaço para discussão do tema costuma ser aberto especialmente para o conjunto de "Outras instituições de segurança pública" (27,4%), cidadãos comuns (26,2%) e vítimas/envolvidos em acidentes (17,3%).
- Quando comparada aos veículos regionais, a mídia de âmbito nacional costuma consultar, em maior frequência, especialistas (16,1%), órgãos do Executivo Federal (7,1%) e universidades/centros de pesquisa (5,4%).
- Muitas instituições que são referências nesse debate, tais como o Ministério dos Transportes, as Secretarias Estaduais de Trânsito, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aparecem apenas lateralmente no noticiário.

TABELA 46 - FONTES OUVIDAS/MENCIONADAS*/**

FONTES	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Executivo Federal (exceto os explicitados abaixo)	2,7%	7,1%	4,1%
Ministério dos Transportes / Secretaria de Política Nacional de Transporte	0%	0%	0%
Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana	0%	0,6%	0,2%
Departamento Nacional de Trânsito - Denatran	1,2%	1,2%	1,2%
Conselho Nacional de Trânsito - Contran	0%	0%	0%
ANTT	0,3%	0%	0,2%
Secretarias Estaduais de Saúde	1,5%	1,2%	1,4%
Secretarias Estaduais de Segurança Pública	1,5%	2,4%	1,8%
Secretarias Estaduais de Trânsito	2,4%	3,0%	2,6%
Departamentos Estaduais de Trânsito - Detrans	4,7%	6,5%	5,3%
Outros órgãos do Poder Executivo Estadual	3,2%	3,6%	3,4%
Executivo Municipal	6,8%	4,2%	5,9%
Poder Judiciário	2,4%	4,2%	3,0%
Ministério Público	0,9%	2,4%	1,4%
Legislativo Federal	1,5%	3,6%	2,2%
Legislativo Estadual	0,6%	0,6%	0,6%
Legislativo Municipal	0,6%	0%	0,4%
Polícia Militar	17,7%	8,3%	14,6%
Polícia Rodoviária	30,7%	13,7%	25,0%
Outras instituições de segurança pública/Polícia	28,6%	27,4%	28,2%
Outros órgãos governamentais	0,3%	2,4%	1,0%
Organização Mundial de Saúde - OMS/OPAS	0%	0%	0%
Outras organizações das Nações Unidas	0%	0%	0%
Governos estrangeiros	0,3%	0%	0,2%
Universidades/instituições de pesquisa	1,2%	5,4%	2,6%
Especialistas	8,8%	16,1%	11,2%
Empresas de transporte	0,90%	2,4%	1,4%
Seguradora Líder - DPVAT	0,60%	1,2%	0,8%
Outras companhias de seguro	0,00%	0%	0%
Associações setoriais de empresários	0,60%	1,2%	0,8%
Outras organizações do setor privado	2,90%	5,4%	3,7%
Cidadãos comuns (não envolvidos no acidente)	13,60%	26,2%	17,8%
Vítimas/envolvidos	5,90%	17,3%	9,7%
Familiares das vítimas	2,40%	8,9%	4,5%
Profissionais de saúde/hospitais	2,90%	3,6%	3,2%
Profissionais de educação	0,60%	0%	0,4%
Sindicados e federações de trabalhadores	1,50%	3,0%	2,0%
Institutos e fundações empresariais	0,00%	0,6%	0,2%
Organizações da Sociedade Civil	1,80%	5,4%	3,0%
Global Road Safety Partnership	0,00%	0%	0%
Outros	2,70%	8,3%	4,5%
Não foi possível identificar	1,80%	3,0%	2,2%

* Questão permite marcação múltipla, donde o resultado final pode ser superior a 100%.

** Dados relativos ao conjunto de textos que consultam fontes (85,1% do universo total).

POLÍTICAS PÚBLICAS FORA DA PAUTA

Segundo o levantamento, há um grave problema no universo noticioso analisado: é praticamente residual o número de textos que abordam políticas públicas na área de Trânsito: 6,5% na média geral, de acordo com a Tabela 47.

Um dado chama a atenção quando se investiga o desempenho dos veículos por estado de origem: os diários do Tocantins abordam a questão em nada menos de 22,9% de suas matérias sobre o tema publicadas no período. Deve ser levado em conta, entretanto, que em relação ao total de textos analisados, são exatamente esses dois jornais os que registraram a menor cobertura (ver Tabela 1).

TABELA 47 – MENÇÃO A POLÍTICAS PÚBLICAS, PROJETOS OU PROGRAMAS

POLÍTICAS PÚBLICAS	NACIONAIS	MG	MS	TO	TOTAL
Sim	4,8%	5,0%	6,1%	22,9%	6,5%
Não	95,2%	95,0%	93,9%	77,1%	93,5%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Esta lacuna quanto ao debate sobre as políticas públicas mostra-se ainda mais agravada quando estão em foco informações sobre o orçamento para implementação desses programas e ações. Dentre o já limitado grupo de notícias que mencionam políticas públicas na área, apenas 17,9% focalizam os recursos disponibilizados no contexto orçamentário federal, estadual ou municipal (veja Tabela 48).

Sem dúvida, faz-se necessário garantir maior atenção das redações a esse aspecto central para o sucesso de qualquer política pública setorial. Ações de capacitação das equipes de reportagem podem contribuir fortemente nesse sentido. Ao mesmo tempo, a recente Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527, de novembro de 2011), representa um importante elemento facilitador em relação a gestores pouco receptivos à demanda da sociedade por maior transparência – o que já vem permitindo, por parte da imprensa brasileira, desenvolver investigações de grande densidade em outros campos temáticos.

TABELA 48 – MENÇÃO A ORÇAMENTO PÚBLICO*

ORÇAMENTO	REGIONAIS	NACIONAIS	TOTAL
Sim, com valores específicos	17,2%	20,0%	17,9%
Sim, sem valores específicos	0%	0%	0%
Não menciona	82,8%	80,0%	82,1%
TOTAL	100%	100%	100%

* Dados relativos ao conjunto de textos que mencionam políticas públicas (6,5% do universo total).



ANDI

Comunicação
e Direitos

SDS, Ed. Boulevard Center - Bloco A Sala 101

70.391-900 - Brasília - DF

Telefone: (61) 2102.6551

andi@andi.org.br - www.andi.org.br